

Sabor que foge da xícara: por que temperatura média traz o melhor do café

Tem gente que diz que felicidade é uma xícara de café quente. Pode até ser. Mas a verdade é que essa felicidade tem prazo de validade. E não é longo. Basta dar uma distraída, responder um e-mail, ou se perder num papo, e pronto: o café já esfriou — e com ele, boa parte do encanto.

É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz. Não dá para segurar por muito tempo. Ele nasce vibrante, perfumado, cheio de promessas e vai embora pela borda da xícara enquanto a gente pensa na vida.

A ciência, que tudo explica, mas nem sempre entende, mostra que à medida que a temperatura do café cai, os tais compostos voláteis, que são como os perfumes que sentimos ao passar por alguém interessante, simplesmente evaporam. Vão embora como o cheiro de um bom domingo, e levam junto a alma da bebida.

E tem mais: nosso paladar também é meio temperamental. Quando o café está "pelando", sentimos pouco. Quando esfria demais, também. Mas naquele meio do caminho, ali pelos 40 e poucos graus, é onde mora a magia. É quando o café se mostra como é de verdade, com suas notas de frutas, flores, chocolates, caramelos... Ou aquele amargor triste de um grão mal tratado.

Fiz o teste. Café coado com carinho, tomado aos poucos, marcando no relógio. Nos primeiros goles, quente demais. Depois de uns 10, 15 minutos... Ah, aí sim. O sabor aparece, elegante, equilibrado. Uns toques de acidez, doçura no fundo.

Trinta minutos depois, ele começa a se despedir. Ainda está ali, mas já não brilha como antes. Com uma hora... Bom, aí já virou outra coisa. Frio, opaco, um pouco melancólico. Como uma festa que durou demais. Ah, e nem pense em colocar no micro-ondas. Aquilo ali é como tentar reviver um amor antigo com uma mensagem no WhatsApp às duas da manhã: pode até esquentar, mas nunca mais vai ser a mesma coisa. O sabor volta torto, cozido, com gosto de ontem.

A solução? Tratar o café com respeito: pré-aquecer a xícara, usar uma tampinha, servir menos por vez. Ou investir numa daquelas canecas tecnológicas que mantêm tudo na temperatura certa, um luxo necessário para quem não quer ver o melhor do café evaporar antes da hora.

No fim das contas, tomar café é quase um ato de presença, um exercício de atenção: é estar ali, de verdade, nos primeiros minutos, quando o sabor ainda canta. Porque se tem uma lição que o café ensina, é essa: o melhor da vida tem hora marcada e passa rápido.

Fonte: [Sabor que foge da xícara: por que temperatura média traz o melhor do café | CNN Brasil V&G](#)

01) Assinale a alternativa que apresente o tipo de relação estabelecida entre os períodos do texto pelo termo em destaque no período: Mas a verdade é que essa felicidade tem prazo de validade.

- (A) Dúvida.
- (B) Alternância.
- (C) Contrariedade.
- (D) Explicação.
- (E) Causalidade.

02) Assinale a alternativa que apresente termo que, ao ser usado no período, estabeleça o sentido contrário ao original no texto: É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz.

- (A) Não.
- (B) Porém.
- (C) Para.
- (D) Ou.
- (E) Ademais.

03) Assinale a alternativa na qual as duas palavras possuam dígrafos:

- (A) Verdade – Frutas.
- (B) Calor – Passa.
- (C) Graus – Carinho.
- (D) Cheiro – Brilha.
- (E) Chocolates – Triste.

04) Assinale a alternativa na qual a letra c NÃO represente o mesmo fonema representado pela letra c na palavra xícara:

- (A) Opaco.
- (B) Cozido.
- (C) Café.
- (D) Marcada.
- (E) Acidez.

05) Assinale a alternativa na qual as duas palavras sejam acentuadas pela mesma regra:

- (A) Xícara – Necessário.
- (B) Rápido – Melancólico.
- (C) Café – Exercício.
- (D) Até – Tecnológicas.
- (E) Já – Relógio.

06) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período: E tem mais: nosso paladar também é meio temperamental.

- (A) Tempo.
- (B) Afirmação.
- (C) Intensidade.
- (D) Modo.
- (E) Negação.

07) Assinale a alternativa que apresente trecho cujo uso da crase é justificado pela mesma razão do seu emprego no período: A ciência, que tudo explica, mas nem sempre entende, mostra que à medida que a temperatura do café cai, os tais compostos voláteis, que são como os perfumes que sentimos ao passar por alguém interessante, simplesmente evaporam.

- (A) Ele se referiu à professora.
- (B) Tinha aversão à barata.
- (C) Leu o texto às pressas.
- (D) Ficaram mais calmos à proporção que a situação foi esclarecida.
- (E) A reunião será às dez horas.

08) Assinale a alternativa que apresente a justificativa adequada para o uso das duas primeiras vírgulas no período: É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz.

- (A) Isolar expressão explicativa.
- (B) Isolar o vocativo.
- (C) Separar Locução Adverbial.
- (D) Separar os termos de uma enumeração com idêntica função sintática.
- (E) Separar Oração Coordenada Sindética.

09) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pelos termos em destaque no período: O sabor volta torto, cozido, com gosto de ontem.

- (A) Vocativo.
- (B) Objeto Indireto.
- (C) Sujeito.
- (D) Predicativo.
- (E) Objeto Direto.

10) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pela oração subordinada em destaque no período: Tem gente que diz que felicidade é uma xícara de café quente.

- (A) Objeto Direto.
- (B) Sujeito.
- (C) Vocativo.
- (D) Objeto Indireto.
- (E) Predicativo.

INFORMÁTICA

11) Sistemas operacionais de código aberto (ou *open source*) são aqueles cujo código-fonte — ou seja, as instruções que determinam como o sistema funciona — é disponibilizado publicamente. Isso significa que qualquer pessoa pode acessar, estudar, modificar e distribuir esse código livremente, de acordo com as licenças de uso. Qual dos sistemas abaixo é um sistema operacional de código aberto?

- (A) Windows 11.
- (B) macOS.
- (C) Linux.
- (D) Android fechado.
- (E) ChromeOS Enterprise.

12) Ao pressionar qual tecla, o Windows bloqueia imediatamente a sessão atual, exibindo a tela de bloqueio. Assim, ninguém pode usar o computador sem digitar a senha ou PIN novamente.

- (A) Alt + Tab
- (B) Ctrl + S
- (C) Shift + L
- (D) Win + L
- (E) Ctrl + B

13) A intranet é uma rede interna de computadores para compartilhar informações, arquivos, sistemas e serviços é:

- (A) Uma rede de acesso livre pela internet.
- (B) Uma rede interna restrita a uma organização.
- (C) Uma rede de jogos online.
- (D) Uma versão pública de uma extranet.
- (E) Uma nuvem pública de dados.

14) Programas de navegação, também conhecidos como navegadores ou browsers, são softwares usados para acessar e visualizar páginas da internet. Qual das alternativas NÃO é um navegador de internet?

- (A) Mozilla Firefox.
- (B) Google Chrome.
- (C) Safari.
- (D) Microsoft Edge.
- (E) Windows Explorer.

15) Cookies são pequenos arquivos armazenados pelo navegador, os cookies em navegadores servem para:

- (A) Armazenar informações temporárias sobre a navegação do usuário.
- (B) Remover vírus automaticamente.
- (C) Melhorar o desempenho do sistema operacional.
- (D) Compactar arquivos da internet.
- (E) Impedir o acesso a redes sociais.

<u>LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</u>

16) Segundo dispõe a Lei nº 1/2018 (Lei Orgânica do Município de Capanema/PR), a lei orçamentária anual compreenderá:

- I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.**
- II – O orçamento de investimento das empresas em que o Município detenha a maioria do capital com direito a voto.**
- III – O orçamento fiscal das entidades da administração indireta.**

Após análise, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

17) A Lei Municipal nº 877/2001 dispõe que o processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre a revisão do processo disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O processo disciplinar poderá ser revisto, no prazo de 12 meses a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito, a pedido do interessado, exclusivamente quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
- (B) A inadequação da penalidade aplicada é uma das hipóteses que permitem a revisão do processo disciplinar.
- (C) O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, exclusivamente quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
- (D) A revisão do processo disciplinar é direito personalíssimo, de modo que não pode ser pleiteado por outra pessoa, mesmo nas hipóteses de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor.
- (E) É vedado o julgamento do pedido de revisão do processo disciplinar pela autoridade que aplicou a penalidade.

18) O título 2 da Constituição Federal trata dos direitos e garantias fundamentais, dentre os quais estão os direitos na nacionalidade. Segundo o texto constitucional, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- (A) Senador federal.
- (B) Juiz federal.
- (C) Vereador.
- (D) General do exército.
- (E) Chefe dos poderes executivo dos estados, municípios e da União.

19) A Lei nº 13.726/2018, conhecida como lei da desburocratização, foi instituída com o intuito de racionalizar os atos e procedimentos da Administração Pública mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo supera eventual risco de fraude. Sobre a Lei é CORRETO afirmar que:

- (A) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensado a exigência de reconhecimento de firma.
- (B) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensado a exigência de reconhecimento de firma, mas é indispensável a autenticação de documentos.
- (C) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensada a apresentação de título de eleitor, mesmo para votar.
- (D) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão, o administrador poderá exigir prova de fato que já foi comprovado através da apresentação de outro documento, a fim de garantir a veracidade.
- (E) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão é indispensável a juntada de documento pessoal do usuário, que não poderá ser substituído por cópia autenticada.

20) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prescreve em:

- (A) 4 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) Não prescreve.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Considere que um Contribuinte do Município cometeu infração prevista na legislação tributária com penalidade de multa. Os dados verificados foram os seguintes:

- Data da ocorrência da infração tributária: 10/08/2024.
- Valor da penalidade na data da ocorrência: R\$ 300,00.
- Valor da penalidade a partir de 01/01/2025: R\$ 200,00.
- A partir de 01/04/2025 a legislação tributária deixou de considerar a situação como infração.

Considerando que o lançamento do crédito tributário ocorreu em 31/08/2025, assinale a alternativa que apresenta o valor do lançamento da penalidade:

- (A) R\$ 400,00.
- (B) R\$ 350,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 150,00.
- (E) R\$ 0,00.

22) O lançamento é o ato vinculado da autoridade que consiste em identificar o sujeito passivo, a matéria tributária, a base de cálculo e demais informações necessárias para a constituição do crédito. Considere as seguintes informações, acerca do lançamento tributário:

- Data da ocorrência do fato gerador: 05/12/2024.
- Base de cálculo na data do fato gerador: R\$ 20.000,00.
- A partir de 01/01/2025 houve mudança na legislação, reduzindo a base de cálculo em 25%.
- Alíquota vigente na data do fato gerador: 4%.
- Alíquota com vigência a partir de 01/01/2025: 5%.
- Alíquota com vigência a partir de 01/06/2025: 3%.

Considerando que o lançamento do crédito tributário ocorreu em 15/09/2025, assinale a alternativa que apresenta o valor original do lançamento (sem considerar encargos de atraso):

- (A) R\$ 800,00.
- (B) R\$ 750,00.
- (C) R\$ 700,00.
- (D) R\$ 600,00.
- (E) R\$ 450,00.

23) Considere a seguinte situação: um contribuinte identificou que cometeu uma infração contra a legislação tributária. Também verificou que a operação resultava em tributo devido. Como o fato gerador já ocorreu, incidem encargos por mora (atraso) no recolhimento do tributo. Os valores apurados na data em que o contribuinte vai realizar o pagamento são os seguintes:

- Valor devido do tributo: R\$ 1.200,00.
- Valor devido a título de mora (juros): R\$ 400,00.
- Valor da infração tributária: R\$ 100,00.

Considerando que o Fiscal não iniciou nenhuma ação de fiscalização ou lançamento relativa ao Contribuinte, assinale a alternativa que, segundo o Código Tributário Nacional, apresenta o valor a ser recolhido pelo Contribuinte para extinguir a obrigação:

- (A) R\$ 1.200,00.
- (B) R\$ 1.300,00.
- (C) R\$ 1.500,00.
- (D) R\$ 1.600,00.
- (E) R\$ 1.700,00.

24) Considere que um Contribuinte possui débitos tributários junto ao Fisco Municipal. Para tentar sanar a situação, o Contribuinte procedeu com as seguintes ações:

- Tributo A: Para o débito tributário que apresentava a situação “VENCIDO” foi concedida medida liminar contra a cobrança em mandado de segurança.
- Tributo B: Para o débito tributário que apresentava a situação “A VENCER” foi apresentado Recurso Tempestivo contra a cobrança do tributo.

Com base nos dispositivos do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os dois tributos terão sua exigibilidade suspensa.
- (B) Os dois tributos permanecem com a exigibilidade ativa, sem alterações.
- (C) O tributo A terá sua exigibilidade suspensa enquanto o tributo B permanece com a exigibilidade ativa.
- (D) O tributo A permanece com a exigibilidade ativa enquanto o tributo B terá sua exigibilidade suspensa.
- (E) O tributo A terá sua exigibilidade suspensa enquanto o tributo B terá sua exigibilidade extinta.

25) A obrigação tributária nasce com a ocorrência do fato gerador e dela decorrem as situações previstas na legislação. Analise as afirmativas abaixo que tratam das características e componentes da obrigação tributária:

I - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II - O domicílio tributário pode ser escolhido pelo Sujeito Passivo, mas a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

III - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

IV - A Capacidade Tributária das Pessoas Jurídicas depende que estejam regularmente constituídas e inscritas nos órgãos públicos.

Estão CORRETAS:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

26) Segundo o Código Tributário Nacional, quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior, o lançamento deverá ser realizado ou revisto:

- (A) Por Notificação.
- (B) De Ofício.
- (C) Por Declaração.
- (D) De Suplementação.
- (E) Via judicial.

27) Considere que um Contribuinte realizou operação com incidência e obrigação de recolher o tributo de forma antecipada, sem exame prévio da autoridade. A modalidade tributária mencionada determina que a autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa (lançamento por homologação). Considere as seguintes informações acerca da situação apresentada:

- Data da ocorrência do fato gerador: 31/08/2020.
- Data do pagamento: 20/09/2020.
- Não houve homologação expressa por parte da autoridade.
- A legislação tributária do Ente não fixa prazo para a homologação do tributo.

Considerando somente os dispositivos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA acerca da homologação do crédito tributário:

- (A) O prazo para revisão do crédito tributário não encerrou, uma vez que não houve homologação expressa pela autoridade.
- (B) O prazo para revisão do crédito encerrou em 31/08/2023, três anos contados da data da ocorrência do fato gerador.
- (C) O prazo para revisão do crédito encerrou em 20/09/2023, três anos contados da data do pagamento antecipado.
- (D) O prazo para revisão do crédito encerrou em 31/08/2025, cinco anos contados da data da ocorrência do fato gerador.
- (E) O prazo para revisão do crédito encerrou em 20/09/2025, cinco anos contados da data do pagamento antecipado.

28) Considere que um Contribuinte tenha apresentado as informações previstas na legislação tributária para que a autoridade efetue o lançamento do tributo. O fato gerador da operação ocorreu em 12/07/2025. Na data de 18/09/2025 o Sujeito Passivo foi notificado pelo Fisco acerca dos procedimentos iniciais para a constituição do crédito tributário. Com base no Código Tributário Nacional, a data limite para a realização do lançamento tributário será:

- (A) 12/07/2028.
- (B) 18/09/2028.
- (C) 31/12/2028.
- (D) 31/12/2030.
- (E) 18/09/2030.

29) Créditos tributários não regularizados pelos sujeitos passivos dentro do prazo previsto na legislação serão inscritos em dívida ativa. Sobre os créditos tributários inscritos em dívida ativa, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Podem ser objeto de cobrança administrativa.
- (B) Podem ser objeto de parcelamento.
- (C) É vedada a divulgação de informações relativas a valores inscritos em dívida ativa.
- (D) Podem sofrer incidência de juros e encargos de mora.
- (E) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

30) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los. Assinale a alternativa que apresenta uma informação CORRETA no que se refere à Administração Tributária:

- (A) Não é permitido que a autoridade Administrativa intime, diretamente, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício solicitando informações relacionadas aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
- (B) É vedada a realização de convênios entre União, Estados e Municípios para permutar informações no interesse da fiscalização e arrecadação de tributos.
- (C) A legislação tributária aplica-se a todas as pessoas físicas e jurídicas, inclusive àquelas que possuam imunidade tributária.
- (D) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até o encerramento do ano seguinte.
- (E) A autoridade administrativa municipal somente poderá solicitar auxílio de força pública federal ou estadual quando o fato caracterizar crime ou contravenção penal.

31) Considere que foram publicadas duas alterações na legislação tributária do Município. Ambas foram publicadas na imprensa oficial no dia 01/11/2025. As matérias de cada projeto são as seguintes:

- Redução da base de cálculo de tributo Municipal.
- Aumento da alíquota de tributo Municipal.

Segundo as normas constitucionais que tratam dos tributos, é possível afirmar que:

- (A) Ambas podem iniciar a vigência em 01/11/2025.
- (B) A redução da base de cálculo pode iniciar a vigência em 01/11/2025 e o aumento da alíquota pode iniciar a vigência em 31/01/2026.
- (C) A redução da base de cálculo pode iniciar a vigência em 01/12/2025 e o aumento da alíquota pode iniciar a vigência em 01/01/2026
- (D) Ambas podem iniciar a vigência em 31/12/2025.
- (E) Ambas podem iniciar a vigência em 01/01/2026.

32) O Código Tributário Municipal determina que as taxas de competência do Município decorrem do exercício regular do poder de polícia do Município ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição. Sobre as taxas previstas no Código Tributário Municipal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O fato gerador, a incidência, o lançamento e o pagamento das taxas, fundadas no poder de polícia do município, independem do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.
- (B) Para efeitos de incidência de taxas, estabelecimentos localizados no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, que pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas serão considerados como um único estabelecimento.
- (C) A residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional é considerada como estabelecimento do prestador de serviços.
- (D) Os serviços públicos consideram-se potencialmente utilizados pelo Contribuinte quando, sendo de utilização compulsória, sejam colocados à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- (E) O lançamento e o pagamento das taxas não importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

33) Segundo se desprende do Código Tributário Municipal, será aplicada multa ao Contribuinte por consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo valor da operação, no percentual de:

- (A) 100% do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente.
- (B) 80% do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente.
- (C) 75% do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente.
- (D) 60% do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente.
- (E) 50% do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente.

34) Consta no Código Tributário Municipal que o servidor público que se negar a prestar assistência ao Contribuinte, quando por este solicitada, e sendo de sua atribuição, poderá ser penalizado com:

- (A) Multa de até 5 (cinco) dias do vencimento.
- (B) Multa de até 10 (dez) dias do vencimento.
- (C) Multa de até 15 (quinze) dias do vencimento.
- (D) Suspensão por até 20 (vinte) dias.
- (E) Suspensão por até 30 (trinta) dias.

35) A Lei Municipal nº 950/2003 dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e determina que o sujeito passivo do imposto é a pessoa física ou jurídica prestadora de serviço, ou responsáveis solidários definidos em Lei. Assinale a alternativa que está de acordo com a referida legislação:

- (A) A apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será realizada mediante prestação de informações por parte do sujeito passivo, lançamento por Declaração, na qual serão verificadas pela Autoridade Fiscal as informações prestadas e estando corretas será emitida guia para pagamento.
- (B) Os hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos socorros, casas de saúde e de repouso, clínica policlínica, maternidades e congêneres, terão o imposto calculado sobre a receita bruta ou movimento econômico resultante da prestação desses serviços, deduzido o valor da alimentação e dos medicamentos.
- (C) Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.
- (D) Não incide Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nas operações realizadas por Instituições Financeiras e prestação de serviços relativa a cartões de crédito.
- (E) A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 1% (um por cento).

36) Para fins do Imposto de Serviços de Qualquer Natureza, quando o Contribuinte tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia, a base de cálculo será:

- (A) Considerada como valor fixo anual.
- (B) Medida com base no faturamento dos prestadores de serviço da mesma atividade econômica.
- (C) O dobro das despesas realizadas pelo Contribuinte.
- (D) O equivalente a 50% (cinquenta por cento) do custo da prestação dos serviços.
- (E) Apurada mediante arbitramento.

37) Assinale a alternativa que, segundo o Código Tributário Municipal, apresenta uma hipótese de interdição, para os fins tributários do Município:

- (A) Atividade exercida em caráter provisório, sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento antecipado do imposto estimado.
- (B) Contribuinte houver cometido crime contra a ordem tributária.
- (C) Quando se fizer necessário para aplicar sanções por infração de dispositivos legais.
- (D) Sempre que o Contribuinte ou Terceiro se opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.
- (E) Caso o Contribuinte apresente indício de omissão de receita.

38) A autorregularização consiste na possibilidade de o sujeito passivo sanar, de forma espontânea, as irregularidades, divergências ou inconsistências tributárias apontadas pelo Departamento da Receita Municipal, previamente à constituição do crédito tributário por lançamento de ofício. Analise as afirmativas abaixo que tratam dos dispositivos do Código Tributário Municipal que versam sobre a autorregularização:

I - A comunicação expedida para fins de autorregularização não se caracteriza como início de procedimento administrativo fiscal, nem como medida de fiscalização, desde que respeitados os prazos e condições definidos na legislação Municipal.

II - O prazo para autorregularização será de 30 (trinta) dias, contados da ciência da comunicação, podendo ser prorrogado a critério da Administração Tributária.

III - Somente são passíveis de autorregularização as inconsistências identificadas nas bases de dados próprias da Administração Tributária.

IV - Findo o prazo sem a regularização, a comunicação será automaticamente convertida em Auto de Infração e Termo de Intimação, com a consequente perda da espontaneidade e início do Processo Administrativo Tributário.

Estão CORRETAS:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

39) Assinale a alternativa que, segundo os dispositivos tributários da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, apresenta o tributo que pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em Lei Municipal:

- (A) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (B) Imposto sobre a transmissão, inter vivos, de bens imóveis.
- (C) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (D) Taxas.
- (E) Contribuição.

40) Segundo o Código Tributário Municipal, o litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação, pelo postulante, de impugnação de exigência. Analise as afirmativas abaixo que tratam do Processo Contencioso Fiscal:

I - A autoridade julgadora ficará restrita às alegações das partes, não podendo julgar de acordo com sua convicção, somente com base exclusiva das informações constantes no processo.

II - Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

III - O pagamento de Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio tributário.

IV - As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do interessado.

Estão CORRETAS:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

41) É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse. Analise as afirmativas abaixo que tratam da consulta prevista no Código Tributário Municipal:

I - Uma vez apresentada a consulta, impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria.

II - Da decisão da consulta caberá recurso, voluntário ou de ofício, ao Conselho Municipal de Contribuintes, quando a resposta for, respectivamente, contrária ou favorável ao sujeito passivo.

III - A consulta formulada sobre matéria relativa à obrigação tributária principal, apresentada após o prazo previsto para o pagamento do tributo a que se referir não elimina, se considerado este devido, a incidência dos acréscimos legais.

IV - Na consulta apresentada deverá constar, obrigatoriamente, se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

Estão CORRETAS:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

42) Quando o auditor identifica que não será possível analisar 100% das operações realizadas por uma empresa e decide adotar o método de seleção das operações de forma aleatória, onde todas as operações possuem a mesma probabilidade para serem selecionadas, a abordagem adotada recebe o nome de:

- (A) Seleção com base no valor.
- (B) Amostragem estatística.
- (C) Estratificação condicional.
- (D) Abrangência de referência.
- (E) Risco residual.

43) Considere que um Contribuinte do Município tenha iniciado suas atividades no dia 10/06/2025. Sabendo que o Contribuinte atendeu aos requisitos iniciais e foi enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI), assinale a alternativa que apresenta a Receita Bruta máxima que pode ser auferida pelo Contribuinte no ano de 2025, com base na Lei Complementar Federal nº 123/2006. Observação: Não considerar o limite adicional de 20% (vinte por cento) previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

- (A) R\$ 35.000,00.
- (B) R\$ 43.500,00.
- (C) R\$ 47.250,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 54.750,00.

44) A Lei Complementar Federal nº 123/2006 estabelece sistema, diferenciado e favorecido, para a apuração e recolhimento de tributos para empresas de pequeno porte e microempresas – Simples Nacional. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a referida legislação:

- (A) É permitido aos optantes pelo Simples Nacional compensar na guia devida ao Simples Nacional os valores de Imposto Sobre Serviços (ISS) retidos no período, até o limite do ISS devido no mês.
- (B) Empresas com Receita Bruta acima de R\$ 360.000,00 e R\$ 4.800.000,00 são consideradas de pequeno porte, nos termos da Lei do Simples Nacional.
- (C) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção na fonte do ISS.
- (D) O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.
- (E) Quando a alíquota do ISS a ser retido informada no documento fiscal for inferior àquela efetivamente devida a responsabilidade pelo recolhimento da diferença será exclusiva do tomador dos serviços.

45) A Lei Federal nº 8.137/1990 define os crimes contra a ordem tributária cometidos por particulares ou servidores públicos, bem como suas penas e demais características. Na hipótese de crimes cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que, através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, terá a sua pena reduzida:

- (A) Até um terço.
- (B) De um a dois terços.
- (C) Pela metade.
- (D) Em três quintos.
- (E) Em dois anos.

46) A execução de procedimentos de auditoria tem como finalidade a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente que permita a obtenção de conclusões razoáveis para fundamentar a opinião do auditor. Assinale a alternativa que apresenta o conceito do procedimento de auditoria denominado Inspeção:

- (A) Representa a evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta escrita de terceiro (a parte que confirma) ao auditor, em forma escrita, eletrônica.
- (B) Exame de processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, acompanhar a contagem do estoque pelos empregados da entidade.
- (C) Exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo.
- (D) Execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- (E) Verificação da exatidão matemática de documentos ou registros.

47) A Lei Municipal nº 1.365/2011 instituiu a nota fiscal eletrônica de serviços (NFS-e) e dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços. Sobre os créditos tributários gerados pelo Tomador dos serviços, poderá ser utilizado parte do valor recolhido do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para abatimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Assinale a alternativa que apresenta o percentual máximo do IPTU devido que pode ser compensado com o ISSQN retido sobre os serviços tomados e para qual finalidade pode ser utilizado o crédito:

- (A) Até 25% (vinte e cinco por cento) do IPTU devido, podendo ser utilizado para pagamento do IPTU de imóvel indicado pelo Tomador dos Serviços.
- (B) Até 70% (setenta por cento) do IPTU devido, podendo ser utilizado somente para pagamento do IPTU de imóvel de propriedade do Tomador dos Serviços.
- (C) Até 50% (cinquenta por cento) do IPTU devido, podendo ser utilizado para pagamento do IPTU de imóvel indicado pelo Tomador dos Serviços.
- (D) Até 50% (cinquenta por cento) do IPTU devido, podendo ser utilizado somente para pagamento do IPTU de imóvel de propriedade do Tomador dos Serviços.
- (E) Até 100% (cem por cento) do IPTU devido, podendo ser utilizado para pagamento do IPTU de imóvel indicado pelo Tomador dos Serviços.

48) A Contabilidade tem como finalidade acompanhar e demonstrar as mutações patrimoniais e os resultados obtidos. Considere as seguintes situações:

- Recebimento de receita do mês anterior, no valor de R\$ 20.000,00 com seguinte registro contábil:

Débito: Conta Banco conta movimento (conta corrente) – Ativo Circulante.

Crédito: Receita com prestação de serviços – Conta de Resultado.

- Pagamento de fornecedor, em atraso, com valor original de R\$ 10.000,00 e juros (encargos por atraso) no valor de R\$ 2.000,00, com os seguintes registros:

Débito: Fornecedores a pagar – Passivo Circulante: R\$ 12.000,00.

Crédito: Conta Banco conta movimento (conta corrente) – Ativo Circulante: R\$ 10.000,00.

Crédito: Despesa financeira – Conta de Resultado: R\$ 2.000,00.

Após os registros contábeis apresentados, é possível afirmar que:

- (A) O Ativo está R\$ 20.000,00 a maior do que o valor correto.
- (B) O Ativo está R\$ 24.000,00 a maior do que o valor correto.
- (C) O Passivo está R\$ 4.000,00 a menor do o valor correto.
- (D) O Resultado está R\$ 24.000,00 a maior do que o valor correto.
- (E) O Resultado está R\$ 20.000,00 a maior do que o valor correto.

49) Durante o mês de setembro de 2025 uma empresa Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza apresentou as seguintes informações:

- Valor bruto da prestação de serviços com incidência de ISSQN: R\$ 80.000,00.**
- Valor do ISSQN retido sobre a prestação dos serviços: R\$ 1.000,00.**
- A alíquota para o tipo do serviço prestado é de 3%.**
- Saldo do encerramento do mês anterior (agosto) da conta ISSQN a compensar: R\$ 300,00.**

Com base nas informações apresentadas, assinale o valor da despesa com ISSQN no mês de setembro de 2025 e o valor líquido de ISSQN a pagar:

- (A) R\$ 2.400,00 e R\$ 1.100,00.
- (B) R\$ 2.400,00 e R\$ 1.400,00.
- (C) R\$ 1.400,00 e R\$ 1.100,00.
- (D) R\$ 1.400,00 e R\$ 2.100,00.
- (E) R\$ 1.100,00 e R\$ 1.100,00.

50) Considere as seguintes informações:

- Total do Ativo: R\$ 2.700.000,00.
- Total do Passivo: R\$ 1.800.000,00.
- Total do Patrimônio Líquido: R\$ 900.000.

Em seguida, ocorreram as seguintes operações:

- Apropriação da folha de pagamento do mês, no valor de R\$ 250.000,00, para pagamento no mês seguinte.
- Aquisição, a vista, de mercadorias para estoque, no valor de R\$ 150.000,00.
- Compra, a prazo, de veículo para ser utilizado pela empresa, valor da operação: R\$ 200.000,00.

Após os registros contábeis, é possível afirmar que:

- (A) O Total do Ativo totaliza R\$ 2.550.000,00.
- (B) O Total do Ativo totaliza R\$ 2.750.000,00.
- (C) O Resultado do Período foi um prejuízo de R\$ 400.000,00.
- (D) O Total do Passivo totaliza R\$ 2.000.000,00.
- (E) O Total do Passivo totaliza R\$ 2.250.000,00.